CONTABILIDADE FINANCEIRA

AULA 1

Prof. Alison Martins Meurer

CONVERSA INICIAL

No decorrer deste material, veremos como a contabilidade ocupa um papel relevante no escopo das organizações por meio da produção de informações relevantes para embasar as tomadas de decisões no ambiente organizacional. Assim, ao longo dos capítulos abordaremos diferentes elementos que farão você conhecer as múltiplas facetas da contabilidade. Inicialmente, estudaremos os aspectos introdutórios da contabilidade, como origem, objeto, patrimônio, usuários e relatórios contábeis. Em seguida, abordaremos o método das partidas dobradas, os regimes contábeis, bem como seus relatórios. Após isso, verificaremos os tratamentos acerca das operações com mercadorias, tributação, regimes tributários, bem como elementos voltados à análise dos demonstrativos contábeis.

CONTEXTUALIZANDO

Para iniciar os estudos sobre a contabilidade, é necessário compreender alguns conceitos iniciais e o contexto histórico que originou esse ramo do conhecimento. Nesta etapa, portanto, estudaremos origem, objeto, patrimônio, usuários da contabilidade, tomada de decisões, bem como o patrimônio da entidade e suas variações, plano de contas, método das partidas dobradas, além do regime de competência e do regime de caixa.

TEMA 1 – ORIGEM, OBJETO, PATRIMÔNIO, USUÁRIOS DA CONTABILIDADE, TOMADA DE DECISÕES E RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Figura 1 – Aspectos da contabilidade



Crédito: SurfsUp/Shutterstock.

1.1 Origem

A origem da contabilidade é incerta, não sendo possível afirmar quem exatamente a inventou. Há evidências de controle patrimonial sendo efetuados por civilizações antes de Cristo, como na Índia, no Egito e na China, indicando que a preocupação com o registro e controle das variações patrimoniais permeia a sociedade há alguns milhares de anos.

O que se sabe é que o primeiro codificador da contabilidade foi um frei do século XIV que se chamava Luca Pacioli, o qual descreveu, em um capítulo de seu livro *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità*, um método capaz de registrar as transações patrimoniais em pelo menos duas contas, viabilizando o controle efetivo das transações comerciais da época.

Para compreender o porquê da popularização da contabilidade, é preciso observar o contexto histórico do período renascentista (século XIV ao século XVII), no qual houve um aumento no volume de transações comerciais ocorridas

entre comerciantes da Europa com comerciantes da Ásia, sendo necessário o uso de métodos que viabilizassem o controle dessas operações comerciais que por vezes eram baseadas em escambos (trocas).

A partir do século VIII, começaram a surgir os primeiros profissionais contábeis, sendo que em 1880 foi fundado o Instituto de Contadores Registrados da Inglaterra e do País de Gales e em 1887 houve a fundação do Instituto Americano. A popularização da profissão se deu de forma alinhada com a expansão industrial ocorrida, principalmente, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, a qual culminou no aumento dos custos de produção e, consequentemente, na necessidade de controle e acompanhamento desses valores. Outro fator para a popularização da contabilidade se deve à pulverização das fontes de crédito devido ao aumento da captação de recursos junto às instituições financeiras e aos acionistas, a partir da abertura de capital das empresas, implicando a necessidade de prestar informações referentes ao desempenho da organização para esses usuários.

1.2 Objeto e patrimônio

A contabilidade é uma área do conhecimento que viabiliza a administração do patrimônio da empresa, por meio do controle (registro) e acompanhamento de suas variações. Afirma-se, portanto, que o objeto da contabilidade é o patrimônio, dividido em ativo e passivo, os quais representam o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a uma entidade física ou jurídica e que devem ser representados de forma monetária (em dinheiro). Portanto, aquilo que a empresa possui é abrangido pelos bens e direitos, enquanto os deveres da empresa são representados pelas obrigações.

Os bens e direitos constituem o ativo que é definido como “um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados” (CPC 00 (R2), 2019), sendo que um recurso econômico constitui aquilo que é capaz de produzir benefícios econômicos futuros para a empresa.

Para esclarecer esse conceito, vamos analisar o exemplo de uma empresa que possui um equipamento antigo adquirido há mais de 30 anos, o qual, devido à obsolescência tecnológica, não pode ser utilizado nas atividades operacionais da organização, tampouco possui valor de mercado como equipamento usado ou sucata. Esse item, apesar de ser **controlado** pela entidade e ser **resultado de evento passado,** não se configura como um

recurso econômico, pois não possui capacidade de produzir **benefícios econômicos futuros** para a empresa e, portanto, não será registrado como um ativo.

Em termos de categorização, os bens representam aquilo que pode ser convertido em valor monetário, ou seja, capaz de gerar benefícios para quem os detém. Tais itens classificam-se em *tangíveis* e *intangíveis*, sendo que os bens tangíveis possuem forma física, ou seja, podem ser tocados. Como exemplo citam-se as mercadorias em estoque, móveis, máquinas e equipamentos. Por sua vez, os bens intangíveis não possuem matéria física e não podem ser tocados, por exemplo, as patentes.

Os direitos representam aquilo que é da empresa, mas que está em posse de terceiros. Por exemplo, duplicatas a receber são um direito da empresa, mas não estão sob sua posse.

Já o passivo é definido como uma "obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados" (CPC 00 (R2), 2019). Logo, o passivo representa os compromissos da entidade, que, por sua vez, exigem que recursos da empresa sejam utilizados para a sua liquidação, constituindo a definição dos passivos. A título de esclarecimento, portanto, há a necessidade de haver uma obrigação presente para a empresa poder registrar um passivo. Aplicando esse conceito à compra de um veículo financiado, a entidade somente poderá reconhecer o passivo desse veículo quando efetuar o contrato de financiamento e assumir uma obrigação de realizar o pagamento. Por sua vez, se a entidade receber o veículo como forma de doação ou se realizar a compra à vista, não deverá registrar um passivo, pois não há a necessidade de transferir um **recurso econômico** para liquidar a obrigação.

A diferença entre o ativo (bens e direitos) e o passivo (obrigações com terceiros) representa o patrimônio líquido, que é o valor residual do patrimônio da empresa, o qual pertence aos seus proprietários. Suponha, por exemplo, que uma empresa possua R$ 10.000 em valores a receber e um veículo avaliado em R$ 50.000, logo seu ativo é de R$ 60.000. Caso o veículo tenha sido financiado e o saldo do financiamento em aberto (ainda não pago) seja de R$ 20.000, tem-se que o patrimônio líquido da empresa será de R$ 40.000 resultante da diferença do ativo (R$ 60.000) menos o passivo (R$ 20.000).

Portanto, o patrimônio líquido, o qual representa a situação patrimonial líquida da empresa, é representado pela seguinte fórmula:

Ativo – Passivo = Patrimônio Líquido

Em termos gráficos, o patrimônio (bens, direitos e obrigações) da entidade pode ser representado da seguinte forma:

Quadro 1 – Representação gráfica do ativo e do passivo

ATIVO	PASSIVO
BENS E DIREITOS	OBRIGAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fonte: Meurer, 2022.

O Quadro 1 representa de forma sucinta aquilo que chamamos de *balanço patrimonial*, o qual apresenta o conjunto de bens, direitos e obrigações, ou seja, o patrimônio da entidade em dado momento. Para que o balanço patrimonial esteja equilibrado, é necessário que o ativo possua o mesmo valor que a soma do passivo com o patrimônio líquido, assim a equação patrimonial da entidade é representada da seguinte forma:

Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido

Esse equilíbrio resulta do método das partidas dobradas, explicado mais adiante, que equilibra as fontes de recursos (passivo e patrimônio líquido) com as aplicações dos recursos (ativo).

1.3 Usuários da contabilidade, tomada de decisões e relatórios contábeis

As informações contábeis são destinadas a usuários internos e externos à organização os quais podem utilizar essas informações de diferentes formas. Como exemplo, temos os credores, fornecedores, governo, empregados, acionistas, gestores, entre outros. Cada um desses usuários pode apresentar uma necessidade informacional diferente dos demais, devido à natureza da sua tomada de decisão. Para compreender essas necessidades informacionais, vamos analisar o enfoque de cada usuário por meio de duas demonstrações contábeis: o balanço patrimonial (Tabela 1) e a demonstração do resultado do

exercício (Tabela 2), da empresa Weg S. A., a qual possui ações negociadas na Brasil, Bolsa Balcão – B[3].

Tabela 1 – Balanço patrimonial 2021 – Weg S. A.

	dezembro 2021		dezembro 2020		dezembro 2019		AH%	AH%
	(A)	AV%	(B)	AV%	(C)	AV%	(A)/(B)	(A)/(C)
Ativo Circulante	**15.945.946**	**67%**	**12.556.143**	**63%**	**9.760.902**	**62%**	**27%**	**63%**
Disponibilidades	3.217.135	13%	4.484.934	23%	3.390.271	22%	-28%	-5%
Créditos a Receber	4.317.393	18%	3.417.251	17%	2.747.084	18%	26%	57%
Estoques	6.497.048	27%	3.737.529	19%	2.817.129	18%	74%	131%
Outros Ativos Circulantes	1.914.370	8%	916.429	5%	806.418	5%	109%	137%
Ativo Não Circulante	**7.986.841**	**33%**	**7.371.753**	**37%**	**5.926.739**	**38%**	**8%**	**35%**
Ativo Realizável a Longo Prazo	930.416	4%	898.045	5%	597.797	4%	4%	56%
Impostos Diferidos	421.900	2%	360.390	2%	182.042	1%	17%	132%
Outros Ativos não circulantes	508.516	2%	537.655	3%	415.755	3%	-5%	22%
Investimentos	1.265	0%	1.023	0%	28.012	0%	24%	-95%
Imobilizado Líquido	5.504.772	23%	4.877.210	24%	3.981.184	25%	13%	38%
Direito de uso	403.721	2%	278.480	1%	204.623	1%	45%	97%
Intangível	1.550.388	6%	1.595.475	8%	1.319.746	8%	-3%	17%
Total do Ativo	**23.932.787**	**100%**	**19.927.896**	**100%**	**15.687.641**	**100%**	**20%**	**53%**
Passivo Circulante	**7.927.884**	**33%**	**5.882.044**	**30%**	**4.491.021**	**29%**	**35%**	**77%**
Obrigações Sociais e Trabalhistas	388.190	2%	366.790	2%	287.187	2%	6%	35%
Fornecedores	2.120.338	9%	1.249.368	6%	839.879	5%	70%	152%
Obrigações Fiscais	279.271	1%	240.467	1%	134.510	1%	16%	108%
Empréstimos e Financiamentos	1.052.044	4%	642.284	3%	936.370	6%	64%	12%
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	195.272	1%	136.007	1%	145.376	1%	44%	34%
Adiantamento de Clientes	2.267.484	9%	1.714.656	9%	814.964	5%	32%	178%
Participações nos Resultados	384.272	2%	335.428	2%	212.608	1%	15%	81%
Instrumentos Financeiros Derivativos	17.324	0%	14.011	0%	13.879	0%	24%	25%
Arrendamento Mercantil	73.268	0%	63.994	0%	49.168	0%	14%	49%
Outras Obrigações	1.150.421	5%	1.119.039	6%	1.057.080	7%	3%	9%
Passivo Não Circulante	**1.994.231**	**8%**	**2.115.554**	**11%**	**2.266.630**	**14%**	**-6%**	**-12%**
Empréstimos e Financiamentos	737.071	3%	1.044.296	5%	1.348.599	9%	-29%	-45%
Outras Obrigações	292.852	1%	165.396	1%	137.643	1%	77%	113%
Arrendamento Mercantil	249.245	1%	223.532	1%	153.667	1%	12%	62%
Impostos Diferidos	71.892	0%	69.625	0%	75.143	0%	3%	-4%
Provisões para Contingências	643.171	3%	612.705	3%	551.578	4%	5%	17%
Patrimônio Líquido	**14.010.672**	**59%**	**11.930.298**	**60%**	**8.929.990**	**57%**	**17%**	**57%**
Acionistas Controladores	13.604.971	57%	11.563.165	58%	8.717.247	56%	18%	56%
Acionistas Não Controladores	405.701	2%	367.133	2%	212.743	1%	11%	91%
Total do Passivo	**23.932.787**	**100%**	**19.927.896**	**100%**	**15.687.641**	**100%**	**20%**	**53%**

Fonte: Balanço patrimonial Weg S. A. – 4º trimestre de 2021.

Tabela 2 – Demonstração do resultado do exercício 2021 – Weg S. A.

	12M21		12M20		AH%
	(A)	AV%	(B)	AV%	(A)/(B)
Receita Operacional Líquida	23.563.338	100,0%	17.469.557	100,0%	34,9%
Custo dos Produtos Vendidos	(16.602.381)	-70,5%	(12.032.050)	-68,9%	38,0%
Lucro Bruto	6.960.957	29,5%	5.437.507	31,1%	28,0%
Despesas de Vendas	(1.833.204)	-7,8%	(1.506.817)	-8,6%	21,7%
Despesas Administrativas	(776.007)	-3,3%	(654.469)	-3,7%	18,6%
Receitas Financeiras	992.739	4,2%	1.020.426	5,8%	-2,7%
Despesas Financeiras	(821.046)	-3,5%	(1.090.101)	-6,2%	-24,7%
Outras Receitas Operacionais	422.154	1,8%	46.369	0,3%	n.m.
Outras Despesas Operacionais	(615.557)	-2,6%	(510.136)	-2,9%	20,7%
Equivalência Patrimonial	-	0,0%	3.870	0,0%	n.a.
Lucro antes dos Impostos	4.330.036	18,4%	2.746.649	15,7%	57,6%
Imposto de Renda e CSLL	(693.854)	-2,9%	(500.450)	-2,9%	38,6%
Impostos Diferidos	21.298	0,1%	149.758	0,9%	-85,8%
Minoritários	(71.533)	-0,3%	(55.084)	-0,3%	29,9%
Lucro Líquido do Exercício	3.585.947	15,2%	2.340.873	13,4%	53,2%
EBITDA	4.678.520	19,9%	3.267.683	18,7%	43,2%
Lucro por Ação (LPA)	0,85459		0,55796		53,2%

Fonte: Demonstração do resultado do exercício Weg S. A. – 4º trimestre de 2021

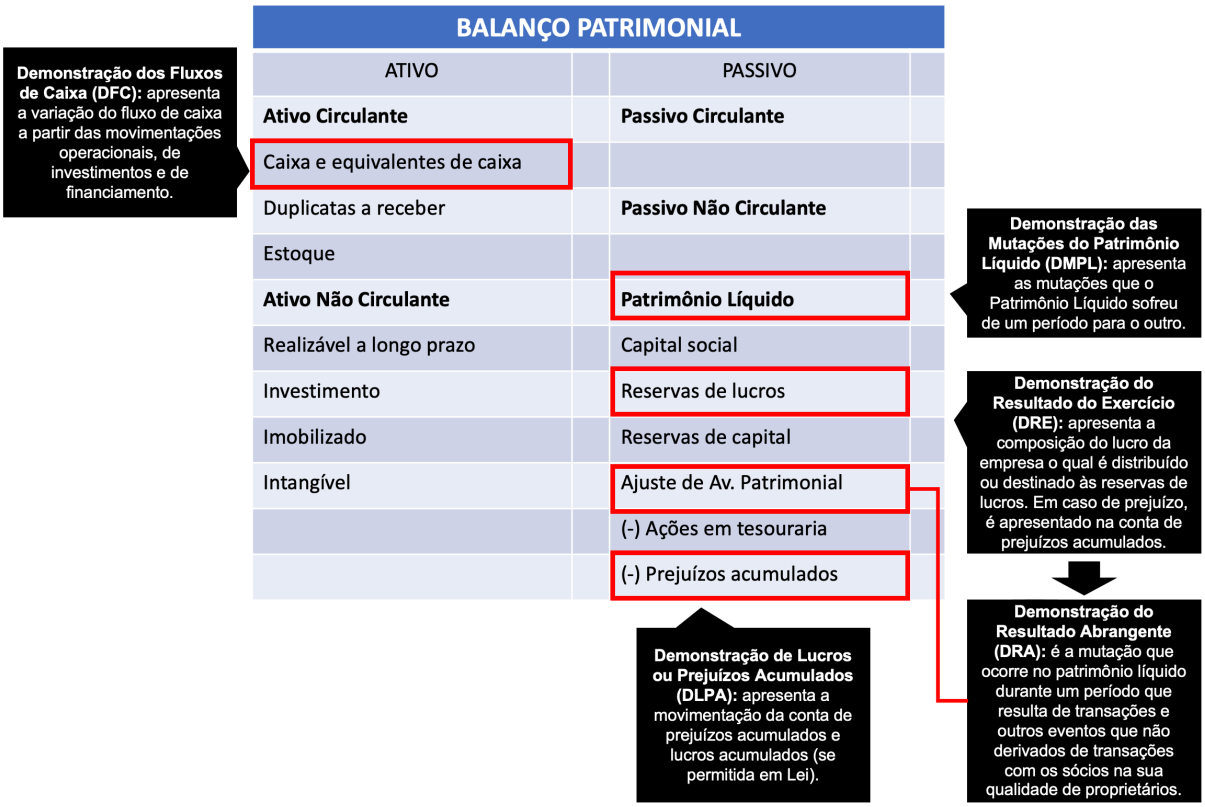
Por exemplo, os credores e os fornecedores podem estar mais interessados no valor das disponibilidades da empresa (caixa e equivalentes de caixa), a fim de identificar a capacidade de pagamento da organização. Por sua vez, o governo pode direcionar mais atenção ao lucro e às receitas da entidade a fim de identificar se os cálculos e recolhimentos tributários estão sendo realizados de forma correta. Já os colaboradores e sindicatos dos empregados também podem necessitar de informações voltadas ao lucro da empresa a fim de realizar negociações salariais com a entidade. Por sua vez, os acionistas podem querer conhecer o lucro da empresa para identificar o valor dos dividendos aos quais terão direito, bem como o valor das disponibilidades para saber se a organização terá capacidade de pagamento para esses valores.

Percebe-se, portanto, que, a depender do usuário da informação contábil, suas necessidades informacionais serão diferenciadas. Isso justifica a relevância da contabilidade e de seus relatórios para diferentes ramos da sociedade.

A contabilidade produz diferentes tipos de informações por meio de seus múltiplos relatórios contábeis. No Brasil, a Lei n. 6.404/1976 – Lei das Sociedades Anônimas, em seu art. 176, expõe que o conjunto de relatórios contábeis a serem apresentados pelas organizações é composto do balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos fluxos de caixa e, se companhia aberta (com ações negociadas em bolsa de valores), a demonstração do valor adicionado. Tais demonstrações são complementadas por suas respectivas

notas explicativas e possuem a capacidade de fornecer diferentes subsídios informacionais acerca da situação econômico-financeira da instituição. A Figura 2 apresenta a interação que ocorre entre os demonstrativos contábeis.

Figura 2 – Interação dos demonstrativos contábeis



Fonte: Meurer, 2022.

O balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício figuram como os principais demonstrativos contábeis da organização. As demais demonstrações detalham contas ou categorias específicas apresentadas no balanço patrimonial, destinando um enfoque individualizado a fim de gerar informações mais específicas sobre determinada movimentação.

Figura 3 – Variações do patrimônio



Crédito: eamesBot/Shutterstock.

Nas empresas, podem ocorrer atos administrativos e fatos contábeis. Os atos administrativos são ações exercidas pelos gestores que não ocasionam mudanças qualitativas ou quantitativas no patrimônio da entidade. Esses atos administrativos, em algum momento futuro, podem provocar tais mudanças e, portanto, se tornar fatos contábeis. São exemplos de atos administrativos a admissão de empregado, o registro de atas de reuniões, autorizações de compras e vendas, a realização do inventário de estoque, entre outros.

Por sua vez, os fatos contábeis são caracterizados como eventos que provocam variações no patrimônio da empresa (bens, direitos e obrigações), os quais podem modificar ou não a situação patrimonial líquida da entidade. Os fatos contábeis podem ser classificados em *permutativos* ou *compensativos*, *modificativos* e *mistos*.

Os fatos permutativos ou compensativos alteram de maneira qualitativa o patrimônio da empresa, mas não afetam a situação patrimonial líquida. Por exemplo, a aquisição de um veículo à vista não provoca alterações na situação patrimonial líquida da empresa, conforme podemos ver na Tabela 3.

Tabela 3 – Fato permutativo ou compensativo

1. Antes da aquisição:

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO E PAT. LÍQUIDO	
Ativo Circulante			
Caixa	R$ 600.000	Pat. Líquido	R$ 600.000
	R$ 600.000		**R$ 600.000**

2. Depois da aquisição:

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO E PAT. LÍQUIDO	
Ativo Circulante			
Caixa	R$ 550.000	Pat. líquido	R$ 600.000
Ativo Não Circulante			
Veículo	R$ 50.000		
	R$ 600.000		**R$ 600.000**

Fonte: Meurer, 2022.

Perceba que o patrimônio líquido continuou com o mesmo valor após a operação de compra do veículo, visto que houve somente uma permuta de valores entre a conta caixa (saída de R$ 50.000) e a conta de veículos (entrada de R$ 50.000).

Já os fatos modificativos alteram o patrimônio líquido da entidade. Esses fatos podem ser aumentativos, quando maximizam o patrimônio líquido, ou diminutivos, quando diminuem o patrimônio líquido da entidade. Por exemplo, o aporte de investimento de R$ 10.000 advindos dos sócios aumenta o patrimônio líquido, ou seja, o modifica (Tabela 4).

Tabela 4 – Fatos modificativos

1. Antes do reconhecimento da integralização de capital:

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO E PAT. LÍQUIDO	
Ativo Circulante			
Caixa	R$ 550.000	Pat. líquido	R$ 600.000
Ativo Não Circulante			
Veículo	R$ 50.000		
	R$ 600.000		**R$ 600.000**

2. Depois do reconhecimento da integralização de capital:

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO E PAT. LÍQUIDO	
Ativo Circulante			
Caixa	R$ 560.000	Pat. líquido	R$ 610.000
Ativo Não Circulante			
Veículo	R$ 50.000		
	R$ 610.000		**R$ 610.000**

Fonte: Meurer, 2022.

Note que, após o reconhecimento do aporte de R$ 10.000 vindo dos sócios, o patrimônio líquido aumentou em R$ 10.000 devido à integralização de capital social.

Por fim, os fatos mistos realizam permutas entre os elementos do patrimônio da entidade e também alteram a situação patrimonial da organização. Por exemplo, a venda à vista do veículo por R$ 70.000, o qual foi adquirido anteriormente por R$ 50.000, gerará uma permuta entre a conta de veículo e a conta caixa (permutativo) e uma modificação de R$ 20.000 no patrimônio líquido

da empresa contra a conta caixa (modificativo) referente ao reconhecimento do ganho gerado por essa venda, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Fato misto

1. Antes do reconhecimento da venda do veículo:

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		**PASSIVO E PAT. LÍQUIDO**	
Ativo Circulante			
Caixa	R$ 560.000	Pat. líquido	R$ 610.000
Ativo Não Circulante			
Veículo	R$ 50.000		
	R$ 610.000		**R$ 610.000**

2. Depois do reconhecimento da venda do veículo:

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		**PASSIVO E PAT. LÍQUIDO**	
Ativo Circulante			
Caixa	R$ 630.000	Pat. líquido	R$ 630.000
Ativo Não Circulante			
Veículo	R$ 0		
	R$ 630.000		**R$ 630.000**

Fonte: Meurer, 2022.

Note que, após a venda do veículo, houve a permuta entre a conta caixa e a conta de veículo (R$ 50.000) e a modificação do patrimônio líquido devido ao reconhecimento do ganho (R$ 20.000).

TEMA 3 – PLANO DE CONTAS

Figura 4 – Controle por contas



Crédito: lemono/Shutterstock.

Como vimos no início deste texto, a contabilidade tem por objetivo gerar informações úteis e relevantes para embasar as tomadas de decisões da entidade. Para tanto, a organização adequada para o registro e análise dessas informações é fundamental.

Nesse sentido, você já deve ter percebido que cada operação é registrada em uma conta (alínea) com nomes intuitivos que permitem identificar a natureza que representa cada valor, por exemplo, caixa, veículos, estoques, entre outros. Esse elenco de contas recebe o nome de *plano de contas*, que, segundo o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs (2009, p. 79), "consiste em um **conjunto de títulos**, apresentados de forma **coordenada** e **sistematizada**, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para **representar o estado patrimonial da entidade**, e de suas variações, em um determinado período".

O plano de contas pode ser entendido como as gavetas e prateleiras de um guarda-roupa. Assim como as gavetas e prateleiras definem como as roupas serão organizadas em cada espaço, o plano de contas é a base para a organização das informações dos bens, direitos e obrigações de uma entidade. Sá (2005) afirma que cada empresa deve estruturar o seu plano de contas de forma específica, visto que há particularidades entre cada entidade, as quais podem não ser atendidas por um plano de contas geral.

No Quadro 2 é apresentado um recorte de um plano de contas.

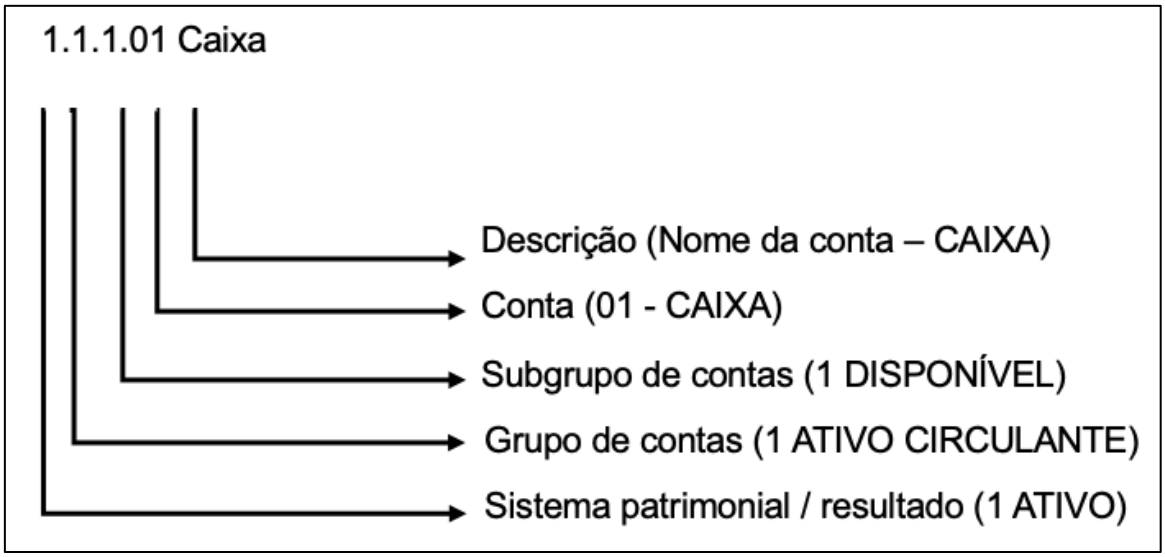
Quadro 2 – Modelo de plano de contas

1. ATIVO
1.1 ATIVO CIRCULANTE
1.1.1 DISPONÍVEL
1.1.1.01 Caixa
1.1.1.02 Banco
1.1.3 ESTOQUES
1.1.3.01 Mercadorias para a revenda
1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE
1.2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
1.2.2 INVESTIMENTO
1.2.3 IMOBILIZADO
1.2.3.01 Veículos
1.2.3.02 (-) Depreciação acumulada de veículos
1.2.3.03 Máquinas e equipamentos
1.2.3.04 (-) Depreciação acumulada de máquinas e equipamentos
1.2.3.4 INTANGÍVEL
2 PASSIVO
2.1 PASSIVO CIRCULANTE
2.1.1 OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS
2.1.1.01 Fornecedores
2.1.2 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
2.1.2.01 Salários a pagar
2.1.3 OBRIGAÇÕES FISCAIS
2.1.3.01 ICMS a recolher
2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE
2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.1 CAPITAL SOCIAL
2.3.1.01 Capital subscrito
2.3.1.02 (-) Capital a integralizar
2.3.2 RESERVAS DE LUCROS

Fonte: Meurer, 2022.

Note que as contas são organizadas de forma hierárquica e identificadas por códigos, de modo que possam ser identificados os grupos e subgrupos aos quais pertence cada conta. Para cada categoria de código atribuímos o nome de *grau*, conforme exemplificado na Figura 5 a partir da conta caixa.

Figura 5 – Exemplificação da estrutura do plano de contas



Fonte: Meurer, 2022.

Perceba que, por meio do código empregado no plano de contas, é possível identificar que a conta contábil caixa está no sistema patrimonial ativo, pertence ao grupo do ativo circulante, está alocada no disponível e representa o caixa da empresa.

TEMA 4 – MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS

Figura 6 – Variações do patrimônio



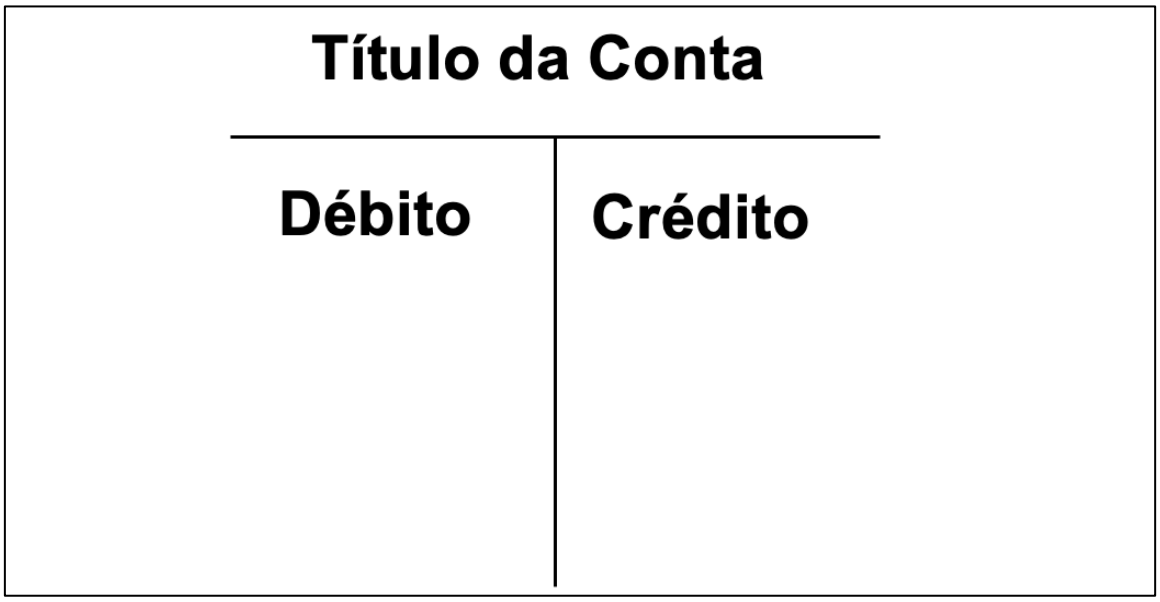
Crédito: SalimCreative/Shutterstock.

O método das partidas dobradas é a base do funcionamento da contabilidade e está pautado no fato de que para cada débito em uma ou mais

contas deverá ser realizado um crédito de valor equivalente em uma ou mais contas. Logo, o valor total de débitos sempre será igual ao valor total dos créditos realizados. Esse método é essencial para o equilíbrio patrimonial, pois é capaz de representar as origens e as aplicações dos recursos de forma simultânea, logo, não há créditos sem débitos e débitos sem créditos na contabilidade.

Cada conta possui suas movimentações escrituradas/registradas em um livro denominado de *razão*. Para simplificar o entendimento, podemos representar o livro-razão de cada conta pelos razonetes, que são uma espécie de "T". O lado esquerdo de cada razonete "T" representa os débitos que a conta receberá; por sua vez, o lado direito de cada conta representa os créditos lançados na conta. Na Figura 7 é indicada a representação gráfica dos razonetes de cada conta.

Figura 7 – Representação do razonete



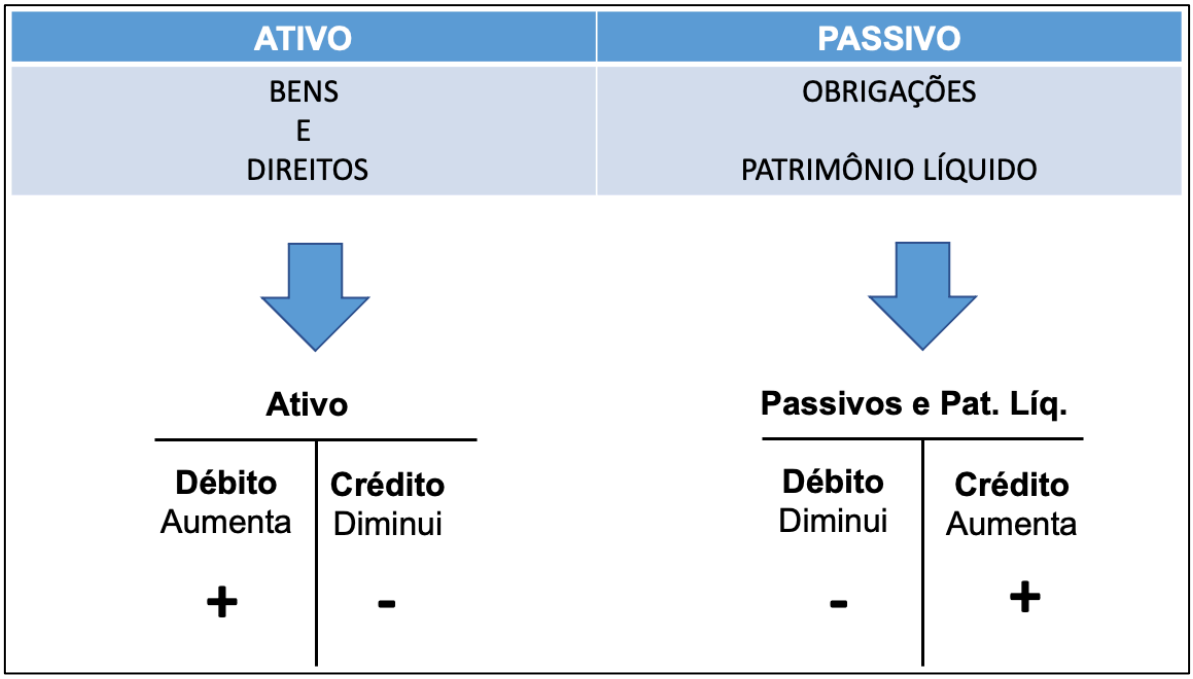
Fonte: Meurer, 2022.

A diferença entre os débitos e os créditos que foram lançados na conta em determinado período determinará se o saldo final da conta será devedor ou credor. Como comentado, o razonete possui o lado correspondente ao débito (esquerdo) e o saldo correspondente ao crédito (direito). Os aumentos de valores em uma conta são lançados de um lado, enquanto as diminuições dos valores de uma conta são lançadas do lado oposto. O lado que indica os aumentos ou diminuições de valores estão interligados à natureza de cada conta contábil.

Nesse sentido, os débitos e créditos não podem ser vistos como algo favorável ou desfavorável no âmbito da contabilidade. São apenas convenções que possuem funções específicas para a técnica contábil. As contas do ativo, por exemplo, possuem natureza devedora, ou seja, pelo fato de serem apresentadas do lado esquerdo do balanço patrimonial, para aumentar o seu valor, por regra geral, devemos efetuar um débito. De forma contrária, para diminuir o seu valor deveremos realizar um crédito.

Por sua vez, o passivo e o patrimônio líquido são apresentados do lado direito do balanço patrimonial. Logo, sua natureza é credora e os créditos aumentam o seu valor, enquanto os débitos diminuem o seu valor. De forma geral, esse entendimento pode ser sintetizado assim (Figura 8).

Figura 8 – Síntese dos débitos e créditos



Fonte: Meurer, 2022.

Nota-se que os débitos sempre são realizados do lado esquerdo e os créditos sempre do lado direito. Ocorre que a natureza da conta determinará se os débitos aumentam ou diminuem o valor da conta ou o contrário. Portanto, por regra geral, para aumentar contas do ativo, debita-se o lado esquerdo do razonete e, para diminuir o valor das contas do ativo, credita-se o lado direito. Para o passivo e patrimônio líquido, os aumentos são provocados creditando o lado direito e as diminuições ocorrem por meio do débito do lado esquerdo.

Por exemplo, determinada empresa decide adquirir R$ 50.000 em mercadorias a prazo de determinado fornecedor. Partindo do pressuposto de que essas contas não possuíam saldos de operações anteriores, teremos a representação dos lançamentos conforme a Figura 9.

Figura 9 – Exemplificação do método das partidas dobradas



Fonte: Meurer, 2022.

Perceba que a compra a prazo de mercadorias implicou o aumento dos valores de estoques e de fornecedores a pagar. Como aumentou o estoque e essa conta é do ativo, foi realizado um débito de R$ 50.000; no caso dos fornecedores, houve um aumento de R$ 50.000 nas obrigações a serem pagas pela empresa. Tal obrigação é um passivo e, portanto, deve ser creditada para ter seu valor aumentado. No decorrer de nossos estudos, nós nos aprofundaremos na prática contábil do débito e crédito.

TEMA 5 – REGIME DE COMPETÊNCIA E REGIME DE CAIXA

Figura 10 – Regimes contábeis



Crédito: linear_design/Shutterstock.

Os regimes dizem respeito ao momento no qual as operações serão reconhecidas na contabilidade da entidade. O regime de competência é adotado no registro das operações e na elaboração de todas as demonstrações contábeis, exceto a demonstração dos fluxos de caixa, que adota o regime de caixa.

No regime de competência as operações e os eventos são registrados na contabilidade no período em que ocorrem e não pela saída ou entrada de caixa que eles proporcionam. Por exemplo, na venda de mercadorias em janeiro de 2020 para recebimento em fevereiro de 2020, a receita será reconhecida em janeiro de 2020, pois os esforços para realizar essa venda ocorreram em janeiro, logo compete a esse mês tal receita, mesmo que o recebimento ocorra em fevereiro.

O regime de caixa diz respeito às entradas e saídas financeiras da empresa. Por esse regime, o resultado é apurado no momento dos recebimentos e pagamentos, por isso ele é adotado para analisar os fluxos de caixa da organização.

O reconhecimento dos custos, despesas, receitas, aumentos e diminuições de ativos e passivos decorre da alteração que as operações podem provocar nos benefícios econômicos futuros da organização. Por isso que na contabilidade as receitas são registradas no momento da venda e não pelo seu recebimento via caixa. Da mesma forma, os custos e as despesas são registrados quando as receitas associadas a eles são geradas. Isso quer dizer que, na contabilidade, é necessário realizar a confrontação das receitas e despesas, ou seja, todas as despesas e os custos consumidos devem ser registrados no mesmo período em que houve os esforços para gerar receitas para a empresa.

Se determinada empresa possuir R$ 1.000 de saldo em seus estoques e vender essas mercadorias por R$ 1.600 para recebimento em 60 dias, no ato da venda reconhecerá uma receita de R$ 1.600, um valor de clientes a receber de R$ 1.600 e uma baixa de estoque de R$ 1.000 frente a um custo das mercadorias vendidas de R$ 1.000. Confrontando as receitas (R$ 1.600) com os custos do período (R$ 1.000), teremos uma alteração no ativo da empresa de R$ 600 (R$ 1.600 – R$ 1.000). Essa confrontação faz parte do regime de competência e permite apurar que o lucro da empresa no período, desconsiderando demais receitas e despesas que possam ter ocorrido no período, é de R$ 600.

TROCANDO IDEIAS

Vimos, nesta etapa, os elementos introdutórios da contabilidade. Pensando na utilidade das informações produzidas pela contabilidade, indique três decisões que um gestor pode realizar dentro de uma organização com base nas informações fornecidas pela contabilidade.

NA PRÁTICA

1. Analise as informações expostas a seguir sobre a riqueza da empresa Onix. O gabarito pode ser encontrado ao final deste material, após as referências.

Riqueza	
Contas a receber	1.200,00
Caixa	700,00
Contas a pagar	1.500,00
Edifícios	3.800,00
Empréstimos bancários a pagar	2.000,00
Fornecedores a pagar	1.800,00

Fonte: Meurer, 2022.

Com base nessas informações, indique:

a) O valor total dos **bens** da empresa.
b) O valor total dos **direitos** da empresa.
c) O valor total das **obrigações** da empresa.
d) Por meio da equação básica da contabilidade (ativo – passivo = patrimônio líquido), aponte o valor do patrimônio líquido da empresa.

FINALIZANDO

Aprendemos os aspectos introdutórios relacionados à contabilidade. Vimos, por exemplo, que a evolução da contabilidade acompanha, de certa forma, a evolução da própria humanidade. No decorrer dos tópicos aprendemos sobre os elementos que constituem o patrimônio de uma organização, bem como o funcionamento do método das partidas dobradas. Por fim, vimos que o regime de competência é a base para o funcionamento da dinâmica contábil, pois reconhece as operações e variações patrimoniais no período em que ocorrem, independentemente do recebimento ou pagamento financeiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 6.404/1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm> Acesso em: 6 jul. 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 (R2). **Estrutura conceitual para relatório financeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80> Acesso em: 6 jul. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de contabilidade do sistema CFC/CRCs.** Brasília: CFC, 2009.

SÁ, A.L. **Fundamentos da contabilidade geral**. Curitiba: Juruá, 2005.

WEG. **Demonstrações financeiras – 2021**. Balanço patrimonial Weg S. A. – 4º trimestre de 2021. 2022. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/50c1bd3e-8ac6-42d9-884f-b9d69f690602/97548ca7-19d9-3858-8152-afcddf2784c3?origin=1> Acesso em: 6 jul. 2022.

GABARITO

a) O valor total dos **bens** da empresa.

Bens = R$ 4.500

Edifícios R$ 3.800 + Caixa R$ 700

b) O valor total dos **direitos** da empresa.

Direitos = R$ 1.200

Contas a receber R$ 1.200

c) O valor total das **obrigações** da empresa.

Obrigações = R$ 5.300

Contas a pagar R$ 1.500 + Empréstimos bancários a pagar R$ 2.000 + Fornecedores a pagar R$ 1.800

d) Por meio da equação básica da contabilidade (ativo – passivo = patrimônio líquido), aponte o valor do patrimônio líquido da empresa.

Ativo R$ 5.700 (bens R$ 4.500 + direitos R$ 1.200) – Passivo R$ 5.300 (obrigações R$ 5.300) = R$ 400 patrimônio líquido